

Lara Miranda

STJ no enfrentamento da Covid-19

práticas decisórias entre
a deferência judicial
e a intervenção nas
políticas públicas

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2023

Copyright © 2023 by Lara Miranda

Categoria: Argumentação e Linguagem Jurídicas

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Renata Chagas

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

M672s

Miranda, Lara

STJ no enfrentamento da COVID-19 : práticas decisórias entre a deferência judicial e a intervenção nas políticas públicas / Lara Miranda. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2023.

264 p. ; 21 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-519-2486-0

1. Superior Tribunal de Justiça (STJ). 2. Deferência judicial. 3. Pesquisa empírica. 4. Políticas públicas. 5. COVID-19. I. Título.

CDD 347.81035

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Lista de imagens e de tabelas	XI
Lista de siglas	XV
Prefácio	1
Introdução.....	13
I Deferência: a necessidade de um acordo semântico	19
1.1 Limites e possibilidades da aplicação da <i>deference doctrine</i> no Brasil	19
1.2 A indeterminação normativa e o relacionamento institucional entre os Poderes da República: Legislativo, Executivo e Judiciário na formulação e na execução de políticas públicas.....	27
1.3 Deferência e ativismo na judicialização de políticas públicas: uma aporia?	42
1.4 Conclusões parciais	50
2 Indicadores de deferência: escolhas metodológicas e parâmetros de análise	53
2.1 A escolha da jurisdição e das classes processuais, o recorte temporal e os critérios de busca.....	54
2.2 O refinamento da base bruta.....	67
2.3 A classificação de Jordão e Cabral Junior, a Teorização Fundamentada nos Dados (TFD) e a criação de categorias.....	85
2.4 Conclusões parciais.....	92
3 Práticas e possíveis tendências decisórias: diagnóstico da avaliação de políticas públicas de enfrentamento da Covid-19 pelo Superior Tribunal de Justiça.....	95

3.1 Explicando as categorias: um guia para a análise dos achados empíricos.....	95
3.2 <i>Habeas Corpus</i> e Recurso em <i>Habeas Corpus</i> : aplicação massiva de óbices sumulares em prol do passaporte vacinal	110
3.2.1 Deferência pelo discurso	119
3.2.2 Deferência pelo resultado.....	124
3.2.3 Deferência pela amplitude de controle.....	126
3.2.4 Conjugação das variáveis	128
3.2.4.1 O impacto da adoção do discurso de deferência no resultado e na amplitude do controle.....	128
3.2.4.2 A relação entre a amplitude do controle e o resultado da solução judicial quanto à decisão administrativa controlada.....	130
3.2.4.3 A relação entre o tipo de cognição e os índices de deferência	131
3.3 Mandado de Segurança e Recurso em Mandado de Segurança: exemplos férteis de intrusão judicial na política pública	133
3.3.1 Deferência pelo discurso	147
3.3.2 Deferência pelo resultado.....	156
3.3.3 Deferência pela amplitude de controle.....	158
3.3.4 Conjugação das variáveis	159
3.3.4.1 O impacto da adoção do discurso de deferência no resultado e na amplitude do controle.....	159
3.3.4.2 A relação entre a amplitude do controle e o resultado da solução judicial quanto à decisão administrativa controlada.....	161
3.3.4.3 A relação entre o tipo de cognição e os índices de deferência	162
3.4 Suspensão de Segurança e Suspensão de Liminar e Sentença: incidentes político-jurídicos emblemáticos quanto à análise das políticas públicas de enfrentamento da Covid-19.....	164
3.4.1 Deferência pelo discurso	177

3.4.2 Deferência pelo resultado.....	184
3.4.3 Deferência pela amplitude de controle.....	187
3.4.4 Conjugação das variáveis	188
3.4.4.1 O impacto da adoção do discurso de deferência no resultado e na amplitude do controle	188
3.4.4.2 A relação entre a amplitude do controle e o resultado da solução judicial quanto à decisão administrativa controlada.....	190
3.4.4.3 A relação entre o tipo de cognição e os índices de deferência	190
3.5 STJ, deferência e políticas públicas de enfrentamento da Covid-19: impressões gerais sobre as decisões e possíveis tendências decisórias	191
3.5.1 O conteúdo decisório e a classificação das decisões: questões de empiria.....	196
3.5.2 Decisões monocráticas representativas da postura do Tribunal.....	197
3.5.3 Óbices processuais e estratégias decisórias	199
3.5.4 O Tribunal delimita quando e como julga “políticas públicas”? O que a negligência da expressão “política pública” significa?.....	201
3.5.5 Afinal, o que são os matizes de deferência e quais os caminhos de incremento da análise judicial das políticas públicas?.....	202
3.5.6 Deferência moderada: o STJ e as políticas públicas de enfrentamento da Covid-19.....	209
3.6 Conclusões parciais	213
Conclusão	215
Referências bibliográficas	229
Anexo único — tabela indicativa das 303 decisões objeto da pesquisa	241